



Ministério de Minas e Energia

Consultoria Jurídica

(Revogada pela Portaria MME nº 309, de 5 de agosto de 2019)

PORTARIA N° 140, DE 24 DE ABRIL DE 2018.

~~O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 814, de 28 de dezembro de 2017, no Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, no Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, ambas do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – CPPI, e o que consta no Processo nº 48300.003589/2017-04, resolve:~~

~~Art. 1º Instituir os seguintes Grupos de Trabalho, com os objetivos de prover apoio técnico necessário e acompanhar o processo de que tratam as Resoluções CPPI nº 13, de 23 de agosto de 2017, e nº 30, de 19 de março de 2018:~~

- I – Comitê de Liderança;
- II – Comitê Executivo;
- III – Modelagens e Estudos;
- IV – Cálculo de Outorgas; e
- V – Acompanhamento Jurídico.

~~§ 1º A participação nos Grupos de Trabalho a que refere o caput será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.~~

~~§ 2º Poderão ser convidados para as reuniões a serem realizadas pelos Grupos de Trabalho, por seus coordenadores, representantes de órgãos e entidades com competências pertinentes às matérias a serem tratadas no processo.~~

~~§ 3º Os coordenadores dos Grupos de Trabalho estabelecerão a periodicidade das reuniões ordinárias e a forma de convocação das reuniões extraordinárias, de seus respectivos Grupos de Trabalho, bem como o quórum mínimo das reuniões e de votação, quando couber.~~

~~§ 4º Eventuais despesas dos integrantes dos Grupos de Trabalho correrão às expensas de seus respectivos órgãos ou entidades.~~

~~§ 5º O Ministério de Minas e Energia prestará o apoio administrativo aos Grupos de Trabalho.~~

~~Art. 2º O Grupo de Trabalho Comitê de Liderança, ao qual competirá tomar as decisões estratégicas sobre o processo, terá a seguinte composição:~~

- I – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, que o coordenará;
- II – Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- III – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda;
- IV – Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República;
- V – Secretário Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República; e
- VI – Secretário Especial do Programa de Parcerias do Investimento – SPPI.

~~Parágrafo único. Os Presidentes da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES poderão ser convidados para as reuniões a serem realizadas pelo Comitê de Liderança.~~

~~Art. 3º O Grupo de Trabalho Comitê Executivo, ao qual competirá o acompanhamento e a validação dos produtos decorrentes do referido processo, será composto por representantes:~~

- ~~I – do Ministério de Minas e Energia;~~
- ~~II – do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;~~
- ~~III – do Ministério da Fazenda;~~
- ~~IV – da Secretaria do Programa de Parcerias do Investimento – SPPI;~~
- ~~V – da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras; e~~
- ~~VI – do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.~~

~~§ 1º Poderá compor o Grupo de Trabalho Comitê Executivo membro do Conselho de Administração da Eletrobras, eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, por indicação dos acionistas minoritários.~~

~~§ 2º Além dos representantes dos órgãos e entidades, de que tratam os incisos de I a VI e § 1º, deverão compor o Grupo de Trabalho Comitê Executivo:~~

~~I – o Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia para Assuntos de Comunicação Social, a quem competirá a proposição e harmonização da comunicação do processo de que tratam as Resoluções CPPI nº 13, de 2017, e nº 30, de 2018; e~~

~~II – representante da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República, a quem caberá acompanhar, junto ao Congresso Nacional e aos demais entes federativos, as tratativas sobre o processo de que tratam as Resoluções CPPI nº 13, de 2017, e nº 30, de 2018.~~

~~§ 3º O Comitê Executivo será coordenado, em conjunto, por representantes da Secretaria do Programa de Parcerias do Investimento – SPPI e da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia.~~

~~§ 4º Gerentes de projetos de consultorias especializadas e de empresas responsáveis pela realização de estudos e proposição de modelagens afetas ao processo, bem como representantes da Advocacia Geral da União, poderão ser convidados para as reuniões a serem realizadas pelo Comitê de Executivo.~~

~~Art. 4º O Grupo de Trabalho Modelagens e Estudos será composto por representantes:~~

- ~~I – do Ministério de Minas e Energia;~~
- ~~II – da Casa Civil da Presidência da República;~~
- ~~III – do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;~~
- ~~IV – do Ministério da Fazenda;~~
- ~~V – da Secretaria do Programa de Parcerias do Investimento – SPPI;~~
- ~~VI – da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras; e~~
- ~~VII – do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.~~

~~§ 1º Poderão compor o Grupo de Trabalho Modelagens e Estudos membros do Conselho de Administração da Eletrobras, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, por indicação dos acionistas minoritários.~~

~~§ 2º Os estudos e modelagens que serão tratados pelo Grupo de Trabalho a que se refere o caput compreenderão, entre outros, os aspectos financeiros, econômicos, jurídicos, societários, e de mercado mobiliário.~~

~~§ 3º O Grupo de Trabalho Modelagem e Estudos será coordenado, em conjunto, por representantes da Secretaria do Programa de Parcerias do Investimento – SPPI e da Assessoria Especial de~~

~~Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia, aos quais competirá a coordenação da execução dos estudos e produtos relativos ao processo.~~

~~§ 4º Representantes de consultorias especializadas e de empresas responsáveis pela realização de estudos e proposição de modelagens afetas ao processo, bem como representantes da Advocacia Geral da União, poderão ser convidados para as reuniões a serem realizadas pelo Grupo de Trabalho Modelagem e Estudos.~~

~~Art. 5º O Grupo de Trabalho Cálculo de Outorgas, ao qual competirá propor valores, forma de cálculo e condições de pagamento de outorgas, será composto por representantes:~~

- ~~I – do Ministério da Fazenda;~~
- ~~II – do Ministério de Minas e Energia;~~
- ~~III – do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e~~
- ~~IV – da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.~~

~~Parágrafo único. O Grupo de Trabalho Cálculo de Outorgas será coordenado, em conjunto, por representantes dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.~~

~~Art. 6º O Grupo de Trabalho Acompanhamento Jurídico, ao qual competirá acompanhar, junto ao Poder Judiciário, eventuais ações judiciais relativas ao processo de que tratam as Resoluções CPPI nº 13, de 2017, e nº 30, de 2018, será composto por representantes:~~

- ~~I – do Ministério de Minas e Energia, que o coordenará;~~
- ~~II – da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República;~~
- ~~III – da Secretaria do Programa de Parcerias do Investimento – SPPI;~~
- ~~IV – do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;~~
- ~~V – do Ministério da Fazenda;~~
- ~~VI – da Advocacia Geral da União;~~
- ~~VII – da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras; e~~
- ~~VIII – do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.~~

~~Art. 7º Os representantes dos Grupos de Trabalho, definidos no caput do art. 1º, serão designados pelos titulares dos Órgãos e Entidades que representam.~~

~~Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

W. MOREIRA FRANCO

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.4.2018 – Seção 1.